

JADILSON MARINHO DA SILVA
(ORGANIZADOR)

LAS CIENCIAS HUMANAS
Y EL ANÁLISIS SOBRE
FENÓMENOS
SOCIALES Y
CULTURALES 2

 **Atena**
Editora
Ano 2023

JADILSON MARINHO DA SILVA
(ORGANIZADOR)

LAS CIENCIAS HUMANAS
Y EL ANÁLISIS SOBRE
FENÓMENOS
SOCIALES Y
CULTURALES 2

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Las ciencias humanas y el análisis sobre fenómenos sociales y culturales 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jadilson Marinho da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Las ciencias humanas y el análisis sobre fenómenos sociales y culturales 2 / Organizador Jadilson Marinho da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acceso: World Wide Web Inclui bibliografía ISBN 978-65-258-0903-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.038232601</p> <p>1. Ciencias humanas. I. Silva, Jadilson Marinho da (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este libro “Las ciencias humanas y el análisis sobre fenómenos sociales y culturales 2 ”, presenta resultados de algunas investigaciones que surgen de la acción y reflexión en la práctica.

El capítulo 1, José Manuel Salum Tomé pretende aportar la comprensión y análisis de lo que lo significan las Políticas Públicas, así como contribuir al entendimiento de los mecanismos de diseño y elaboración de las mismas. *El autor reflexiona sobre* una idea clara y sencilla de los que son las Políticas Públicas en un contexto generalizado y los pasos que se debe llevar a cabo para implementarlas.

El capítulo 2, Laura Victoria Burruezo Hernández habla de una experiencia de aula. En dicha experiencia aborda, desde el ámbito educativo, las deficiencias observadas a nivel cognitivo y sociocultural en el alumnado que corre el riesgo de exclusión educativa y, como consecuencia, cultural. Además, se basa en las ideas aportadas por autores como Peleteiro Vázquez, quien defiende que desde la pedagogía en general y desde la enseñanza en particular es desde donde se puede desarrollar una labor de cambio social.

El capítulo 3, Alberto Cedeño Valdiviezo presenta incursionar en su origen, su relación histórica con la restauración, con la *politica del riuso* que surge en Italia en los años 70's y 80's, sus implicaciones y objetivos con relación a las fuerzas económicas del mercado actuales y con los grupos sociales menos favorecidos, buscando con esto, establecer si este movimiento arquitectónico es sólo una moda o si contiene elementos que le permitirán permanecer en el futuro.

En ultimo capítulo, Claudia Milena Correa Otálvaro, Cristian Fernan Muñoz Muñoz, Paula Nathalia Matallana, Felipe Lozano Rodríguez presentan los aportes sobre la calidad de la educación y la que tanta importancia está tomando en los países latinoamericanos como es el caso de Colombia.

Jadilson Marinho da Silva

CAPÍTULO 1	1
¿POLÍTICAS PÚBLICAS O PROGRAMAS DE GOBIERNO? ¿APORTES A LA CALIDAD EDUCATIVA?	
José Manuel Salum Tomé	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0382326011	
CAPÍTULO 2	16
LAS TIC'S. UN RECURSO IMPORTANTE EN LA INCLUSIÓN DEL ALUMNADO	
Laura Victoria Burruezo Hernández	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0382326012	
CAPÍTULO 3	23
REUTILIZACIÓN ADAPTATIVA: SU ORIGEN Y SUS POSIBILIDADES FUTURAS	
Alberto Cedeño Valdiviezo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0382326013	
CAPÍTULO 4	34
LA SUPERVISIÓN, UN CAMINO PARA LA CALIDAD EN EL SISTEMA EDUCATIVO	
Claudia Milena Correa Otálvaro	
Cristian Fernan Muñoz Muñoz	
Paula Nathalia Matallana	
Felipe Lozano Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0382326014	
SOBRE O ORGANIZADOR	41
ÍNDICE REMISSIVO	42

REUTILIZACIÓN ADAPTATIVA: SU ORIGEN Y SUS POSIBILIDADES FUTURAS

Data de submissão: 12/12/2022

Data de aceite: 25/01/2023

Alberto Cedeño Valdiviezo

Profesor investigador Titular C, miembro del Departamento de Tecnología y Producción de la Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco Ciudad de México
<http://orcid.org/0000-0002-1464-0100>

RESUMEN: Muchas publicaciones de arquitectura, especialmente norteamericanas y europeas, abordan el tema de la reutilización adaptativa como un movimiento de moda y, que estrictamente, implica reciclar estructuras antiguas abandonadas, agregando en algunos casos, ecotecnologías y principios de bioclimatismo. En este trabajo buscamos incursionar en su origen, su relación histórica con la restauración, con la *politica del riuso* que surge en Italia en los años 70's y 80's, sus implicaciones y objetivos con relación a las fuerzas económicas del mercado actuales y con los grupos sociales menos favorecidos, buscando con esto, establecer si este movimiento arquitectónico es sólo una moda o si contiene elementos que le permitirán permanecer en el futuro.

PALABRAS CLAVE: Reutilización adaptativa, rehabilitación, reUrbanismo.

ADAPTIVE REUSE: ITS ORIGIN AND ITS FUTURE POSSIBILITIES

ABSTRACT: Many architecture publications, especially North American and European, address the issue of adaptive reuse as a fashionable movement, which strictly implies recycling old abandoned structures, adding in some cases, ecotechnologies and bioclimatic principles. In this work we seek to delve into the origin, its historical relationship with restoration, with the *riuso policy* that emerged in Italy in the 70's and 80's, its implications and objectives in relation to the current economic forces of the market and with social groups. less favored, seeking with this, to establish if this architectural movement is just a fashion or if it contains elements that will allow it to remain in the future.

KEYWORDS: Adaptive reuse, rehabilitation, reUrbanism.

1 | INTRODUCCIÓN

La reutilización, esa disciplina que ha acompañado la historia del ser humano y, que desde los años setenta y ochenta se dedicó a la conservación del patrimonio

cultural, ha cambiado su papel en los últimos años, como consecuencia de la llegada del neoliberalismo y la globalización a la economía mundial, y se ha transformado en lo que hoy se llama *reutilización adaptativa*, anteriormente conocido como reciclaje arquitectónico.

La reutilización adaptativa puede definirse como un proceso mediante el cual un elemento no utilizado o ineficaz se convierte en un elemento nuevo que puede utilizarse para otro propósito. Así, la reutilización adaptativa en arquitectura implica la ocupación de estructuras abandonadas para un uso distinto al que se destinó originalmente, utilizando o no, ecotecnologías y técnicas de bioclimatismo.

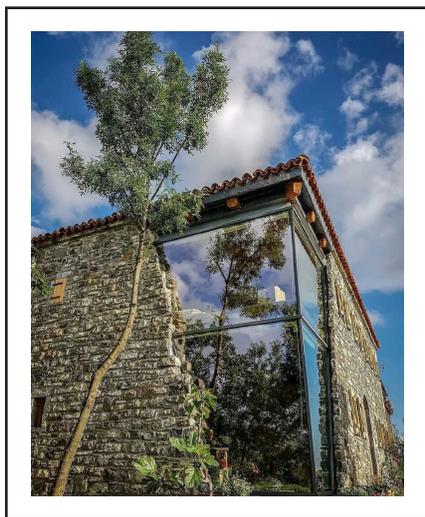


Figura 1

Nota: Como ejemplo de reutilización adaptativa, tenemos Mrizi i Zanave es un hotel y restaurante en una finca agroturística rural localizada en Fishte, en el norte de Albania.

Diseño de Plisatelier (Pinterest 2022).

Este tipo de reciclaje arquitectónico es el resultado de la necesidad de ahorrar energía en la producción de materiales de construcción, una de las industrias con mayor consumo de energía y más contaminantes. Si bien los edificios patrimoniales se han conservado tradicionalmente a través de la restauración, rehabilitación y reutilización, mediante intervenciones llevadas a cabo por arquitectos restauradores, no está claro si los que hoy utilizan esta técnica sean los profesionales adecuados para hacerlo, lo que pondría en riesgo la integridad de los monumentos. Esto ha permitido una libertad arquitectónica a la hora de hacerlo con el patrimonio que nos plantea la siguiente pregunta ¿hasta qué punto se debe permitir que estos profesionales no adecuados ejerzan dicha libertad a la hora de practicar esta disciplina? Debemos agregar que esta reutilización adaptativa viene acompañada de otras nuevas disciplinas, que surgen y colaboran con ella, como son la

nueva concepción de la rehabilitación y el llamado *reUrbanismo*.

Para entender las fuerzas que originan y promueven esta técnica, consideramos que debemos contemplar los cambios económicos que ha promovido el capitalismo en los últimos años, cambios que han llevado a fuertes cambios culturales. El tema del patrimonio cultural no es ajeno a estos cambios que produce la modernización, pero influenciada fuertemente por otro factor: la globalización (Rojas, 2015). La globalización la podemos entender como un brazo actual del capitalismo, sinergia que corroe las bases fundamentales de la modernidad: el Estado, la ciencia y la identidad cultural (Brünner en Rojas, 2015, pp. 157). Y la modernización como “un reduccionismo económico e instrumental de la racionalidad moderna” (Rojas, 2015, pp. 146-147). Sin embargo, parece que la cultura se ha extendido como nunca antes, por una estrecha relación con el desarrollo económico convirtiéndose en un pretexto para el crecimiento económico, incluso como generados de empleos, especialmente en las industrias culturales transnacionales (Rojas, 2015, pp. 160) como es el turismo, cuyo crecimiento en los últimos años, lo ha convertido “en uno de los sectores económicos más importantes y de más rápido crecimiento del mundo”. Pasando de 25 millones en 1950 a un estimado de 1,600 millones en el 2020 (Bandarin & Van Oers, 2014, pp. 154), aunque habría que considerar una posible reducción por la pandemia del Covid.

¿Cómo surge la reutilización adaptativa? Esta técnica parece tener sus raíces en la destrucción de edificios producto de la Revolución Industrial, situación que estaba sucediendo en los Estados Unidos de América en la década de los sesenta del siglo pasado, y que originó importantes movimientos sociales.

Paralelamente, es importante mencionar el desarrollo de la disciplina que desde la década de 1970 se conoce como reutilización o *politica del riuso* en Italia. Surge esto en la década de 1970, y a principios de los 80, como consecuencia de las luchas urbanas de finales de la década de 1960, principalmente por el acceso a la vivienda, así como de las modificaciones legislativas tras la intervención en el centro histórico de Bolonia para conservar la arquitectura histórica y promover el bienestar social. Siendo una administración pública de izquierda la que orquestó esta intervención, se desarrolló una posición ideológico-política sobre la forma en que se debe realizar la intervención en los edificios patrimoniales y su posterior reutilización. Esta idea sobre cómo reutilizar el patrimonio cultural sigue vigente en Italia y, sería esta, una posición diferente a la que plantea la reutilización adaptativa.

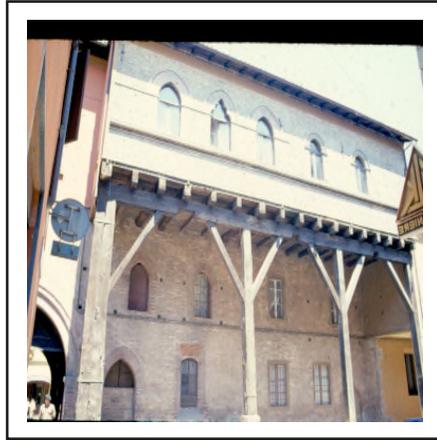


Figura 2

Nota: Imágenes del Centro Histórico de Bolonia, paradigma de intervención sobre los centros históricos (Cedeño, 1982)

2 | DESCRIPCIÓN DEL MÉTODO

El método inicia haciendo un recorrido de la historia de la reutilización arquitectónica y su relación con la historia de la restauración. Analizamos las condiciones económicas que han hecho que a partir de la *politica del riuso* de los años 70's en Italia, surge la reutilización adaptativa con la crisis ambiental. Analizamos las posibilidades y las condiciones para que esta disciplina logre permanecer en el futuro. Este trabajo utiliza métodos comparativos para desarrollar un marco histórico para la reutilización adaptativa.

3 | DESARROLLO DEL TRABAJO

La Reutilización Como Parte de la Historia de la Humanidad

Para comprender el papel histórico de la reutilización, consideramos importante referirnos a Valerio di Battista y su libro *"Il riuso: casistica, problematiche, potenzialità"* (1995), en el que presenta su versión del origen de la disciplina de la reutilización arquitectónica. Según este autor, la historia de la reutilización se evidencia en la historia de las construcciones realizadas por la humanidad, ya que los asentamientos humanos pudieron ser utilizados por un número de generaciones para diferentes propósitos, y es precisamente la continuidad o destrucción de dichos asentamientos y sus valores, lo que ha determinado la permanencia o decadencia y desaparición de etnias y culturas (Di Battista, 1995, p. 90).

A lo largo de la historia, el patrimonio construido es a veces valorado simultáneamente como recurso y como valor simbólico, y a veces prevalece uno u otro. Como ocurre en épocas de guerra, hambre y epidemias -y como promueven los movimientos a favor de

los grupos de población más pobres- al reutilizarse, el valor de las viejas estructuras como recurso prevalece sobre su valor simbólico. Esto ha ocurrido por ejemplo con estructuras religiosas, transformando templos paganos en basílicas cristianas o construyendo iglesias en el lugar de las termas romanas (Di Battista, 1995: 90, 91).



Figura 3 y 4

Nota: La reutilización de cuevas en Capadocia, Turquía (Cedeño, 2012), y de una basílica romana por Andrea Palladio en Vincenza (Cedeño, 1982).

La restauración surge en el siglo XIX tras la Revolución Francesa con Eugène Viollet le Duc, y aparece más tarde en Inglaterra con John Ruskin, que tenía una posición totalmente contraria a la de le Duc (Choay, 2007, pp 133). En 1879, el arquitecto italiano Camillo Boito, con una posición intermedia entre estos dos personajes, redactó la primera carta de restauración, misma que uno de sus alumnos más aventajados, Gustavo Giovanoni, apoyará y desarrollará para que se lograra la primera carta internacional de restauración de Atenas en 1930 y, que posteriormente, desembocará en la internacional Carta de Atenas de 1964. Con la restauración, la visión de los símbolos se separa de aquella de los recursos, es decir, de los bienes con valor de uso entregados por la historia. Los primeros son más protegidos y necesarios, ya que en este siglo es poca la arquitectura significativa y, por tanto, las construcciones se convierten en un bien económico. Así, la reutilización acompaña a la restauración y se convierte en su complemento hasta el punto de que quedará absorbida por esta, lo que invita a pensar en otros valores, otros símbolos, para aquellos edificios antiguos que tenían dificultades para ser reutilizados. Se buscan destinos nobles como sede de instituciones o museos, exceptuando a los edificios religiosos que conservaron su uso, así “la reutilización, anteriormente actividad vital e intrínseca a la duración y al proyecto continuo de la construcción, en resumen, muere en los paradigmas historicistas y estetizantes de la restauración” (Di Battista, 1995: 92).



Figura 5

Nota: Los edificios históricos son menospreciados por la arquitectura moderna, que sólo los considera como recuerdos, lugares de contemplación.

Imágenes de la ciudad de Buenos Aires (Cedeño, 2007).

Como afirma Di Battista (1995, p. 91), el Movimiento Moderno “selecciona los restos del pasado exclusivamente en función de su valor simbólico”. La ciudad y los edificios históricos ya no son un recurso; más bien, su valor de uso se devalúa. La arquitectura moderna reivindica su total autonomía de la arquitectura con respecto a la historia, proponiendo nuevos símbolos para la ciudad y para el entorno de la civilización industrial, negando el valor de un edificio como recurso y símbolo vivo de su ciudad, su entorno y la arquitectura del pasado. Así que, para la arquitectura moderna, los edificios históricos son sólo recuerdos, lugares de contemplación ajenos a la vida cotidiana contemporánea, asignando nuevos valores económicos y de uso a los nuevos edificios, en el entendido de que su ciclo de vida sería breve (Di Battista, 1995). Pasaría mucho tiempo antes de que esta posición cultural fuera modificada por una nueva relación entre la historia y el valor de la arquitectura ya existente. Sin embargo, al pasar los años y dentro aún de la arquitectura moderna surgió una tendencia o estilo que Jan Cejka (1995) en su texto *Tendencias de la arquitectura contemporánea* denomina “el detalle atemporal”. Cejka ubica en esta categoría la obra de los arquitectos desde la década de 1970 hasta principios del siglo actual: Carlo Scarpa, Karijosef Schattner, Gottfried Böhm, Heinz Bienefeld, José Rafaél Moneo y Guido Canali, quienes buscaron reutilizar patrimonio histórico, por ejemplo, como museos, favoreciendo el diseño contemporáneo, pero sin tener en cuenta las preocupaciones ambientales.



Figura 6

Nota: Carlo Scarpa es célebre por su trabajo en Castelvecchio, Verona, que podría considerarse una de las primeras aproximaciones a lo que más adelante sería la reutilización adaptativa.

Imágenes de Castelvecchio (Cedeño, 1982).

Al mismo tiempo, surgió el interés de las clases acomodadas por reubicarse en los centros históricos tanto para fines residenciales como comerciales. Sin embargo, esto desembocó en una verdadera lucha social en la que los partidos de izquierda insistieron en conservar estos espacios históricos para las clases marginadas, a las que consideraban sus habitantes originales. Con esto, en la década de 1960, el debate arquitectónico sobre lo viejo vs. lo nuevo pasó de centrarse en el edificio a centrarse en la ciudad, abordando problemas sociales no resueltos debido a la gentrificación de los centros históricos. Con esto, el patrimonio construido existente se mostró, no solo como una memoria o un símbolo de las comunidades humanas, sino también como un recurso que brinda la posibilidad de dar respuesta a los problemas sociales, principalmente el de la vivienda si se reutiliza adecuadamente. Así, a principios de los años 70, en todo el mundo la propuesta de reutilización “virtuosa”, comenzó a oponerse a la visión que veía el patrimonio edificado como un “residuo constructivo” que necesitaba ser remplazado, atribuyéndole valor de uso al interior del patrimonio existente, ennobleciéndolo. independientemente de su degradación, requisitos técnicos de construcción y condiciones ambientales (Di Battista, 1995).

Así, los valores de uso colectivo y los valores simbólicos de las estructuras existentes que habían sido negados durante mucho tiempo, ahora eran reconocidos por la sociedad y el Estado. Esta posición fue apoyada por la izquierda en muchas naciones europeas a través de nuevas políticas de vivienda (Di Battista, 1995). La izquierda italiana pudo hacer modificaciones significativas a la legislación con respecto a la intervención en el centro histórico de Bolonia en las décadas de 1960 y 1970, cuando el arquitecto Pier Luigi Cervellati - llevó a cabo uno de los primeros proyectos bajo una administración municipal del Partido Comunista en Italia, lo que fue recibido por la clase media como una amenaza a sus intereses (Cedeño, 1998). De esta intervención paradigmática surgió el concepto de *conservación integral* - reutilización del patrimonio como “contenedor”, por ejemplo, para viviendas de interés social o servicios públicos como salud y educación. Además, las leyes

resultantes de esta intervención, como la ley 457 de 1978, que condujo a una política de reutilización y recuperación arquitectónica, reconocieron los problemas relacionados con los centros históricos, como la falta de vivienda, la gentrificación y el deterioro urbano, como parte del problema más general de la vivienda, dentro del cual se debe priorizar la recuperación del patrimonio urbano (Cedeño, 1989). Según esta política, la reutilización permitía: la posibilidad de cubrir el déficit habitacional mediante la reconstrucción del tejido residencial; la posibilidad de recalificación de las estructuras urbanas a través de una cuidadosa política de servicios; y finalmente la posibilidad de que clases históricamente marginadas se reapropian del uso social y colectivo de los espacios urbanos.

Las condiciones que originan la reutilización adaptativa

Con la llegada del neoliberalismo, las ciudades sufren cambios sociales sustanciales como la privatización del espacio público, y la visión, puramente económica, de la relación entre clases. La inclusión social desaparece del vocabulario de las instituciones. Se dictan leyes que suprimen muchos de los derechos de los más necesitados. Se abandona así la justicia social y fiscal, principal arma de los más necesitados (Gissara et al, 2018, pp. 10).

Para hacer más inclusiva la ciudad aparece una única salida: reutilizar el enorme patrimonio inmobiliario público abandonado o subutilizado: cuarteles en desuso, escuelas abandonadas, fábricas, locales comerciales y terrenos públicos preciosos por la potencialidad de uso de la ciudad y que podía llevar a pensar en una nueva ciudad: la “ciudad imaginada” (Gissara et al, 2018, pp. 11). Es en este marco que se gesta el origen de la reutilización adaptativa, con iniciativas sociales en ocasiones y con operaciones de especulación en otras.

Otro elemento a considerar en esta ciudad sustentable es la gran cantidad de patrimonio industrial abandonado. Como señalan Ronchetta y Trisciuglio (2008, pág. 9), la industrialización es un proceso complejo y generalizado que involucra factores físicos, ambientales, técnicos, económicos, culturales e institucionales. Dado que el patrimonio industrial suele consistir en propiedad privada, normalmente no está sujeto a las rígidas normas de protección que generalmente se aplican a la propiedad pública. Estos autores sostienen que el enfoque correcto para la recuperación del patrimonio industrial es la arqueología industrial, que estudia el desarrollo industrial de un territorio. Teniendo en cuenta la arqueología industrial, la reutilización adaptativa permite reparar y reutilizar dicho patrimonio sin tener que someterse a las rígidas normas que se aplican al patrimonio histórico tradicional, permitiendo así una mayor libertad constructiva.

Así, los avances tecnológicos de los últimos años han sido fundamentales para la correcta reutilización de la arquitectura patrimonial. En las últimas décadas, quienes habitan o utilizan estos monumentos han experimentado una mejora en su nivel de bienestar, por ejemplo, a través de la reducción de la humedad en la arquitectura patrimonial, que antes era un gran obstáculo para lograr espacios confortables. Esto se ha superado gracias a los

avances en técnicas como la impermeabilización de cimientos y paredes, baños fabricados industrialmente y la mejora de los sistemas de calefacción y refrigeración artificial en edificios históricos. Tales técnicas constructivas permiten lograr una arquitectura histórica con un nivel de confort equivalente al de la arquitectura moderna.

Como la arquitectura patrimonial se hizo generalmente para durar siglos, es una arquitectura sostenible *sine qua non*. El reto es conseguir las condiciones adecuadas de confort y reducción del consumo energético de los edificios históricos.

Por último, hay que mencionar que los Objetivos del Desarrollo Sostenible de la ONU no corresponden a lo que la reutilización adaptativa y el reUrbanismo proponen como disciplinar originadas por la economía liberal y la globalización, así que sobre la pregunta ¿Qué pasará con la reutilización adaptativa en el futuro? ¿Acaso la reutilización con objetivos sociales que han promovido las políticas en Italia regresará con mayor fuerza? Consideramos que esto dependerá del camino que tome que la economía mundial en el futuro y las políticas sociales que contrarresten las tendencias de la economía.

4 | CONCLUSIONES

La crisis ambiental ha reafirmado la necesidad de reutilizar estructuras antiguas para reducir la necesidad de fabricación de materiales de construcción. Así, el reciclaje de la arquitectura patrimonial -hoy conocida como reutilización adaptativa- permite adaptar el uso de algunos tipos de edificios patrimoniales, como el patrimonio industrial, de acuerdo con la normativa en materia de arquitectura ecológica, sin embargo, la aplicación de ecotecnologías y de bioclimatismo no es una condición forzosa y debiera serlo.

Las nuevas construcciones deben construirse de tal manera que cuando ya no sean útiles puedan ser desarmadas y reutilizadas para evitar desperdicios. Si bien los edificios históricos fueron construidos según procedimientos constructivos que no facilitan la posterior separación y reutilización de sus materiales, tales edificios fueron construidos para durar muchos años, incluso siglos; por lo tanto, su mayor vida útil los hace más compatibles con una visión sostenible, que debería ser una prioridad mundial hoy (Giordano, 2010). Sin embargo, lograr la sostenibilidad arquitectónica en la práctica aún presenta desafíos, y los arquitectos y otras personas involucradas en la restauración deben tratar de equilibrar la autenticidad histórica con prácticas de construcción ambientalmente sostenibles y prácticas de vivienda socialmente justas. Trabajar hacia una economía circular que involucre la reutilización adaptativa de edificios históricos con fines sociales permitirá maximizar la sostenibilidad arquitectónica al tiempo que prioriza los valores sociales, económicos y culturales.

La verdadera arquitectura ecológica que deberá ejercer la reutilización adaptativa requiere el uso de materiales de construcción que consuman un mínimo de energía y no contaminen, como el bambú, la tierra cruda, la piedra y la madera en regiones sin

deforestación. Dado el estado del medio ambiente, los arquitectos de hoy deben rechazar los materiales de construcción como los metales y el hormigón, así como los grandes ventanales, al tiempo que incorporan tecnologías ecológicas y un diseño consciente del clima adaptado al clima local.

5 | RECOMENDACIONES

Después de revisar todos estos elementos relacionados con la reutilización adaptativa, podemos afirmar que no existe una normatividad clara que regule dicha disciplina, apareciendo como una tendencia de moda que usa de pretexto los postulados de la economía circular, y que da la posibilidad a profesionistas sin experiencia de trabajar con el patrimonio sin contar con una base de conocimiento sobre los principios de la restauración o rehabilitación.

Pietro Carlo Pellegrini (2018) en su texto *“Manuale del Riuso Architettonico”*, abordando el tema de la reutilización, propone criterios a seguir a la hora de intervenir en un edificio. Afirma que “es necesario interpretar correctamente la tipología, función, estructura, materiales y modalidades constructivas”, y que “el conocimiento de cada uno de los componentes de una construcción, es fundamental para atribuir correctamente nuevos usos a las estructuras existentes”, teniendo en cuenta las características funcionales y estéticas, y utilizando materiales física y químicamente compatibles” (Pellegrini, 2018, p. 137). Recomienda realizar un estudio arquitectónico para diseñar gráficamente ilustrar los detalles de la construcción, y analizar críticamente sus características espaciales y evolución histórica, para que el arquitecto restaurador conserve los elementos originales del edificio lo más fielmente posible (Pellegrini, 2018). Este autor afirma que tal intervención debe ser realizada por un restaurador, y que no cualquier arquitecto, a pesar de que sea un buen diseñador. Sin embargo, en caso de que un especialista o restaurador sin experiencia asuma la responsabilidad, deberá seguir la propuesta de Pellegrini para evitar el riesgo de dañar irreversiblemente la arquitectura patrimonial. Sin embargo, surge la duda de si los restauradores están preparados para asumir el reto de incorporar materiales y técnicas respetuosas con el medio ambiente. Presentando el ejemplo exitoso del Teatro Romano de Sagunto en España bajo la dirección de Giorgio Grassi, Pellegrini afirma: “Considerado como el máximo respeto por lo que existe, la conservación debe ir de la mano de la innovación [...] El proyecto de recuperación debe no ser una operación de cristalización, sino que [el restaurador] debe saber respetar positivamente la transformación conservando la esencia de la estructura (Pellegrini, 2018).

Insistimos en que mientras no se redacte una carta internacional que especifique metodologías y límites de la reutilización adaptativa, esta parecerá una actividad fuera de normatividad.

REFERENCIAS

Bandarin, F. & Van Oers, R. (2014) *El paisaje urbano histórico La gestión del patrimonio en un siglo urbano*. Madrid: Abada Editores.

Cedeño, A. (1998) “Existen métodos nacionales para intervenir el patrimonio urbano?”. En *Diseño y Sociedad* num. 9, winter, 1998. Mexico: UAM Xochimilco.

Cedeño, A. (1989) “Centros históricos italianos”. En *Vivienda* vol. 14, num.2, Jul/Dec, 1998 Mexico: Infonavit.

Cejka, J. (1995) *Tendencias de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Choay, F. (2007) *Alegoría del patrimonio*. Barcelona: Gustavo Gili.

Di Battista, V. (1995) “Il riuso: casistica, problematiche, potenzialità”. In Battista, V.; Fontana, C.; Pinto, M.R. *Flessibilità e riuso*. Florencia, Italia: Alinea Editrice.

Giordano, R. (2010) *I prodotti per l'edilizia sostenibile*. Nápoles: Esselibri S.p.A.

Gissara, M.; Percoco, M.; Rosmini, E. (2018) *Città Immaginate. Riuso e nuove forme dell'abitare*. Roma: manifestolibri – Sapienza Università di Roma.

ONU (25/09/2015) **Objetivos del Desarrollo Sostenible**. United Nations (www.un.org.)

Pellegrini, P.C. (2018) *Manuale del riuso architettonico*. Palermo, Italy: Dario Flaccovio Editore

Rojas, M. (2015) *Dialéctica del Patrimonio*. Mexico City: UAM-Ediciones del lirio

Ronchetta, Ch. and Trisciuglio, M. (2008) *Progettare per il patrimonio industriale*. Turín, Italia, Celid.

A

Alumnos 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 38

Aprendizaje 16, 18, 19, 21, 22, 36, 38

Aula 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

C

Calidad 1, 4, 5, 7, 8, 10, 13, 14, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Calidad educativa 1, 8, 34, 35, 39, 40

E

Educación 3, 5, 9, 10, 14, 15, 17, 18, 22, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Educación superior 34

M

Material 6, 16, 19, 20, 21

Multimedia 16, 19, 20, 21

P

Pedagogía 16, 17, 18, 21, 22

Políticas públicas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15

Proceso 1, 4, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 30, 35, 36, 37, 38, 39

R

Rehabilitación 23, 24, 25, 32

Reutilización adaptativa 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32

S

Supervisión educativa 34, 35, 37, 39

T

Tecnología 23

Transformación social 1, 2

LAS CIENCIAS HUMANAS
Y EL ANÁLISIS SOBRE
FENÓMENOS
SOCIALES Y
CULTURALES 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

LAS CIENCIAS HUMANAS
Y EL ANÁLISIS SOBRE
FENÓMENOS
SOCIALES Y
CULTURALES 2

-  www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br